

Aprovo o Caderno de Encargos, Conselho de Gestão da UNL, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 17.º do DL 197/99, de 8.06, da alínea a), do n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da UNL, em anexo ao Despacho Normativo n.º 3/2020, publicado no DR, 2.ª série, Parte C, n.º 26, de 6 de fevereiro de 2020, e artigo 54.º da Lei n.º 24/2012, de 9 de julho (Lei-Quadro das Fundações Públicas), com a alteração da Lei n.º 67/2021, de 25 de agosto, conjugado com o artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro (Lei-Quadro dos Institutos Públicos).

**CONCURSO PÚBLICO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO
EUROPEIA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS PARA A NOVA IMS
- NOVA DATA & ANALYTICS HUB (NOVA DAH) LISBOA2030-FEDER-01317500**



Ref.ª CP-02-2025



CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

Secção I Disposições gerais	4
Cláusula 1ª Definições	4
Cláusula 2ª Âmbito e Objeto contratual	4
Cláusula 3ª Disposições por que se rege o CONTRATO	5
Cláusula 4ª Duração de Contrato e Prazo de entrega	6
Cláusula 5ª Local da entrega dos Bens	7
Secção II Obrigações das partes	8
Cláusula 5ª Obrigações principais do adjudicatário	8
Cláusula 6ª Responsabilidade do adjudicatário	10
Cláusula 7ª Obrigações da Entidade Pública Contratante	10
Cláusula 8ª Preço Base	11
Cláusula 9ª Revisão de Preço	11
Cláusula 10ª Inspeção e testes	11
Cláusula 11ª Inoperacionalidade, defeitos ou discrepância	12
Cláusula 12ª Condições de Pagamento	12
Cláusula 13ª Faturação eletrónica	13
Cláusula 14ª Gestor do contrato	14
Cláusula 15ª Gestor do Cliente	14
Secção III Das relações entre as partes no CONTRATO	15
Cláusula 16ª Dever de sigilo	15
Cláusula 17ª Patentes, licenças e marcas registadas	16
Cláusula 18ª Proteção de dados pessoais – conformidade legal	17
Cláusula 19ª Utilização dos sistemas de informação	18
Cláusula 20ª Propriedade intelectual do Software	18
Cláusula 21ª Cessão da posição contratual e Subcontratação	20
Cláusula 22ª Responsabilidade das partes	21
Cláusula 23ª Penalidades contratuais	22
Cláusula 24ª Força maior	22

Cláusula 25ª	Resolução do contrato	23
Cláusula 26ª	Modificação Objetiva do Contrato	24
Cláusula 27ª	Comunicações e notificações	25
Cláusula 28ª	Comunicações e notificações	25
Cláusula 29ª	Responsabilidade social	25
Cláusula 30ª	Contagem dos prazos.....	25
Cláusula 31ª	Legislação aplicável e Foro competente.....	26
Anexo I - Especificações técnicas.....		27
Cláusula 32ª	Âmbito da aquisição	27
Cláusula 33ª	Descrição de Lotes	27
Cláusula 34ª	Serviços de Suporte.....	41
Anexo II - Especificações técnicas II.....		41
Cláusula 35ª	Conformidade dos bens	41
Cláusula 36ª	Características técnicas, mapa de quantidades e especificidades da execução do contrato	42
Cláusula 37ª	Garantia Técnica	42

B
A

Secção I

Disposições gerais

Cláusula 1ª

Definições

Para efeitos do disposto no presente Caderno de Encargos e nos seus anexos, os seguintes termos, quando grafados em SMALL CAPS, no singular ou no plural, e salvo se do Caderno de Encargos resultar claramente sentido diferente, têm o seguinte significado:

- a) ADJUDICATÁRIO: a entidade adjudicatária no âmbito do presente procedimento;
- b) CONTRATO **“CP-02-2025 - Aquisição de equipamentos informáticos para a NOVA IMS - NOVA Data & Analytics Hub (NOVA DAH) LISBOA2030-FEDER-01317500”**;
- c) CCP: Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;
- d) ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE: a Universidade Nova de Lisboa **Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação Nova Information Management School (UNL – NOVA IMS)**, bem como os poderes de monitorização do contrato por parte da **NOVA IMS** (adiante **“NOVA IMS”**).
- e) RGPD: o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Cláusula 2ª

Âmbito e Objeto contratual

1. O CONTRATO a celebrar tem por objeto disciplinar a relação contratual a estabelecer entre a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE e o ADJUDICATÁRIO, mediante a fixação dos termos para a **“CP-02-2025 - Aquisição de equipamentos informáticos para a NOVA IMS - NOVA Data & Analytics Hub (NOVA DAH) LISBOA2030-FEDER-01317500”**, nos termos melhor identificados nas especificações técnicas constantes do **Anexo I ao presente Caderno de**

Encargos.

2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas a incluir no contrato a celebrar com o Adjudicatário.
3. O objeto do contrato a celebrar encontra-se classificado, de acordo com o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), aprovado como anexo ao Regulamento (CE) nº 213/2008, da Comissão Europeia, de 28 de novembro de 2007, como o seguinte código, **CPV 30236000-2 - Equipamento informático diverso.**

Cláusula 3ª Disposições por que se rege o CONTRATO

1. **O CONTRATO é reduzido a escrito.**
2. Faz parte integrante do CONTRATO, quando este for reduzido a escrito, um clausulado que deve conter os seguintes elementos:
 - a) A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como do título a que intervêm, com indicação dos atos que os habilitem para esse efeito;
 - b) A indicação do ato de adjudicação e do ato de aprovação da minuta do CONTRATO;
 - c) A descrição do objeto do CONTRATO;
 - d) O preço contratual;
 - e) O prazo de execução das principais prestações objeto do CONTRATO;
 - f) Os ajustamentos aceites pelo ADJUDICATÁRIO;
 - g) A referência à caução prestada pelo ADJUDICATÁRIO;
 - h) Se for o caso, a classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao CONTRATO, a realizar no ano económico da celebração do mesmo ou, no caso de tal despesa se realizar em mais de um ano económico, a indicação da disposição legal habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado de que o CONTRATO em causa constitui execução ou ainda do instrumento, legalmente previsto, que autoriza aquela repartição de despesa;
 - i) A identificação do(s) gestor(s) do CONTRATO em nome da ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, nos termos do artigo 290.ºA de CCP;
 - j) As eventuais condições de modificação do CONTRATO expressamente previstas no

- caderno de encargos, incluindo cláusulas de revisão ou opção, claras, precisas e inequívocas.
3. Fazem sempre parte integrante do CONTRATO, independentemente da sua redução a escrito:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo ADJUDICATÁRIO.
 4. Sempre que a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE considere conveniente, o clausulado do CONTRATO pode também incluir uma reprodução do caderno de encargos completada por todos os elementos resultantes dos documentos referidos nas alíneas a), b), d) e e) do número anterior.
 5. A ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE pode excluir expressamente do CONTRATO os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do CONTRATO não regulados pelo caderno de encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.
 6. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
 7. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do CONTRATO, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99.º do CCP e aceites pelo ADJUDICATÁRIO nos termos do disposto no art.º 101.º do CCP.

Cláusula 4ª Duração de Contrato e Prazo de entrega

1. O CONTRATO é assinado por ambas as partes, preferencialmente, por assinatura digital qualificada, ao abrigo do art.º 94.º, n.º 1 do CCP.

2. O contrato produz efeitos após a receção de nota de encomenda pela entidade adjudicatária e terá a **duração máxima de 90 (noventa) dias**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.
3. As partes obrigam-se a cumprir fiel e imperativamente todos os prazos acordados.
4. O disposto nos números anteriores não prejudica a manutenção das obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas a favor da ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, incluindo as de confidencialidade e garantia.
5. O presente CONTRATO não prevê a respetiva renovação, pelo que a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE não assumirá quaisquer obrigações contratuais, nomeadamente para efeitos de pagamentos, referentes a serviços prestados pelo ADJUDICATÁRIO para além do prazo de termo do CONTRATO.

Cláusula 5ª Local da entrega dos Bens

1. Os bens objeto do presente procedimento devem ser entregues nas instalações da ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, **sitas em Lisboa, no Campus de Campolide, NOVA IMS, 1070-312 Lisboa.**
2. O disposto nos números anteriores não prejudica a manutenção das obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas a favor da ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, incluindo as de confidencialidade e garantia.
3. O Adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do presente Caderno de Encargos, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
4. Com a entrega dos bens objeto do presente Caderno de Encargos, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o Adjudicatário.
5. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do presente Caderno de Encargos e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Adjudicatário.

Secção II

Obrigações das partes

Cláusula 5ª Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas no caderno de encargos, nas cláusulas contratuais ou na legislação aplicável, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais para com a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE:
- a) O fornecimento dos equipamentos para a NOVA IMS (identificados no Anexo I);
 - b) Assegurar que os bens se encontram certificados de acordo com as normas em vigor;
 - c) Obrigação de entrega de toda a documentação técnica;
 - d) Obrigação de entrega dos certificados de fabrico (caso aplicável);
 - e) Prestar à ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE toda a cooperação e esclarecimentos necessários sempre que esta o solicite;
 - f) Comunicação antecipada dos factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens ou a prestação do serviço ou o cumprimento de qualquer outra obrigação, nos termos do presente Caderno de Encargos, do contrato ou da proposta;
 - g) Prestação de forma correta e fidedigna das informações referentes às condições em que é prestado o fornecimento, bem como prestação de todos os esclarecimentos que sejam solicitados;
 - h) Fornecer o objeto de contrato à entidade adjudicante, conforme as normas legais e ambientais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade e demais documentos contratuais;
 - i) Não ceder a sua posição contratual no contrato celebrado com a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, sem autorização prévia desta;
 - j) Não proceder à substituição de qualquer dos responsáveis por cada especialidade ou do coordenador da equipa constantes da proposta sem o expresso e prévio consentimento da ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, após verificação de que essa substituição proporciona um nível de qualificação equivalente;

- a) Comunicar qualquer facto que ocorra durante o período de vigência do contrato e que altere, designadamente, a denominação social ou os seus representantes legais;
 - b) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do Contrato, não utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
 - c) Acompanhar e esclarecer os autores dos projetos no desenvolvimento dos trabalhos de correção dos erros ou omissões identificadas em sede de revisão;
 - d) Comparecer nas instalações da NOVA IMS, no local da obra, ou noutros locais para onde for convocado pelo representante da ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, e fornecer todas as informações e esclarecimentos, que lhe forem solicitados para o perfeito cumprimento do objeto da relação contratual;
 - e) Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo nos prazos estipulados no presente Caderno de Encargos;
 - f) Participar em reuniões prévias à apresentação do relatório da revisão do projeto de execução ou a realizar durante a fase correspondente às correções nele solicitadas, nas quais participarão, no mínimo, o Coordenador da Revisão, um representante da ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE e o coordenador do Projeto;
 - g) Comunicar à ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE a nomeação do gestor de contrato, responsável pela sua gestão, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Adjudicatário fica ainda sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 6ª

Responsabilidade do adjudicatário

1. O Adjudicatário assume integral responsabilidade pelos serviços contratados, sendo o único responsável perante a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE pela boa prestação de serviços.
2. O Adjudicatário responde por quaisquer erros, nomeadamente, deficiências ou omissões na prestação de serviços, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados.
3. Se a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE tiver de assumir a indemnização de prejuízos que, nos termos do contrato ou deste Caderno de Encargos, são da responsabilidade do Adjudicatário, este indemnizá-la-á pelos montantes assumidos e demais despesas incorridas, assistindo à ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE o direito de regresso das quantias que pagou ou tiver de pagar.
4. As ações de supervisão e/ou aprovação da ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE não alteram ou diminuem a responsabilidade do Adjudicatário no que se refere à prestação de serviços/fornecimento de bens.
5. A ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE não responde por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo Adjudicatário, salvo culpa comprovada dos agentes da ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, no exercício das respetivas funções.

Cláusula 7ª

Obrigações da Entidade Pública Contratante

Constituem obrigações da ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, no âmbito e nos limites fixados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, e sem prejuízo de outras que estejam previstas no presente Caderno de Encargos:

- a) Fiscalizar o cumprimento do CONTRATO designadamente para apuramento do cumprimento das obrigações contratuais por parte do ADJUDICATÁRIO;
- b) Monitorizar a qualidade da prestação do serviço, e aplicar sanções em caso de incumprimento reiterado dos prazos de entrega dos serviços.

Cláusula 8ª

Preço Base

1. O preço base do procedimento é de **220.000,00€ (duzentos e vinte mil euros)** acrescido da taxa de IVA legal em vigor, dividido por lotes da seguinte forma:
 - i. **Lote 1 - Servidores e Armazenamento:** Não pode ser superior a **200.000,00€ (duzentos mil euros)**, ao qual deverá acrescer o IVA à taxa legal em vigor.
 - ii. **Lote 2 – Switch/Networking:** Não pode ser superior a **20.000,00€ (vinte mil euros)**, ao qual deverá acrescer o IVA à taxa legal em vigor;
2. O preço definido inclui todos os encargos decorrentes da aquisição de bens objeto do presente contrato.

Cláusula 9ª

Revisão de Preço

Não haverá lugar à revisão de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula 10ª

Inspeção e testes

1. Efetuada a prestação de serviços/entrega dos bens objeto do CONTRATO, poderá a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, por si ou através de terceiro por ela designado, proceder à inspeção qualitativa dos serviços com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às características, especificações e requisitos técnicos e operacionais exigidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como os demais requisitos exigidos por lei.
2. Sempre que o Caderno de Encargos exija uma fase de realização de testes, o ADJUDICATÁRIO deve prestar à ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante aa realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do ADJUDICATÁRIO.

Cláusula 11ª Inoperacionalidade, defeitos ou discrepância

1. No caso de os testes previstos nas cláusulas anterior não comprovarem a total operacionalidade dos serviços objeto do CONTRATO, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE deve informar, por escrito, o ADJUDICATÁRIO, fiando desde logo um prazo para a sua correção.
2. No caso previsto no número anterior, o ADJUDICATÁRIO deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, às correções necessárias para garantir a operacionalidade e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das correções necessárias pelo ADJUDICATÁRIO, no prazo respetivo, a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos definidos na cláusula anterior.

Cláusula 12ª Condições de Pagamento

1. As quantias devidas pela entrega dos bens, no âmbito do presente CONTRATO devem ser pagas pela ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas**, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação que lhe subjaz, devendo nas mesmas constar necessariamente inscrito, sob pena de nulidade, o respetivo número do compromisso orçamental comunicado pela ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, nos termos da nota de encomenda emitida para o efeito.
2. Para efeitos do número anterior, **a obrigação considera-se vencida após a receção dos bens**, estando sujeita a confirmação da entidade adjudicante.
3. O preço referido inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao adjudicante, nomeadamente quaisquer encargos decorrentes da utilização no fornecimento de marcas registadas, patentes ou licenças
4. Para efeitos dos pagamentos referidos nos números anteriores, em caso de discordância por

parte da Entidade Pública Contratante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este último obrigado a prestar os esclarecimentos devidos ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou da correspondente nota de débito/crédito.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária para o IBAN a indicar pelo adjudicatário.
6. Toda a faturação deve discriminar os bens adquiridos e os respetivos valores.
7. Não são admitidos adiantamentos de preços por conta de prestações a realizar.
8. Para efeitos do art.º 299.º-B do CCP e demais legislação aplicável, o adjudicatário colaborará com a Direção Financeira da Entidade Pública Contratante, para efeitos de integração e processamento nos sistemas de informação de faturas emitidas de modo eletrónico

Cláusula 13ª Faturação eletrónica

1. De acordo com a Diretiva 2014/55/EU e Decreto-Lei n.º 123/2018, a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE está obrigada a receber faturas eletrónicas no modelo a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.
2. O modelo integrado de receção de faturação eletrónica adotado pela ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE é o EDI (Intercâmbio Eletrónico de Dados), sendo que os operadores económicos deverão enviar as suas faturas eletrónicas através de interligação dos seus softwares de faturação com a Rede Saphety ou outra ou, em alternativa, através do acesso ao Portal SaphetyDoc.
3. A Saphety dispõe de uma linha de apoio aos fornecedores da Administração Pública, com vista ao esclarecimento de questões relativas à adesão à faturação eletrónica, através do email fornecedores.saphetygov@saphety.com ou do telefone + 351 210 174 065 (dias úteis 9h-13h e 14h-18h).
4. Em alternativa aos meios supra referidos, as faturas deverão ser enviadas para o email faturas@unl.pt em formato pdf, após a realização dos serviços, até ao término do prazo de execução do contrato.

Cláusula 14ª Gestor do contrato

1. Sem prejuízo de poderem vir a ser nomeados mais gestores para outras funções, a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE desde já designa como “**Gestor do contrato**”, nos termos e para os efeitos do previsto no artigo 290º-A do CCP e para validação da faturação, com exceção da execução financeira, o **Técnico Pedro Silva do Serviço de Informática da NOVA IMS**.
2. Sem prejuízo do previsto no CCP, compete ao gestor do Contrato monitorizar a execução do mesmo e comunicar ao ADJUDICATÁRIO desvios, defeitos ou outras anomalias na respetiva execução, propondo as medidas corretivas que, em cada caso, se revelarem adequadas.
3. O ADJUDICATÁRIO fica obrigado a manter contactos permanentes com o Gestor do Contrato designado, que deve ser informado, cabal e atempadamente, da evolução da respetiva execução.

Cláusula 15ª Gestor do Cliente

1. Para a gestão do contrato de manutenção na **NOVA IMS**, o **ADJUDICATÁRIO deverá indicar o Gestor de Cliente**, que será o seu representante junto da ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, no que respeita a assuntos técnicos e processuais na execução do contrato, ficando incumbido do respetivo acompanhamento e de manter contactos regulares com a **NOVA IMS**.
2. A **NOVA IMS** poderá solicitar ao ADJUDICATÁRIO a substituição do Gestor de Cliente, desde que o justifique devidamente por escrito.
3. O Gestor de Cliente não poderá ser substituído sem o prévio acordo da **NOVA IMS**, podendo esta exigir a sua substituição, em qualquer momento, nos casos de reconhecidas faltas de competência, assiduidade ou empenho e dedicação na função para que foi designado.

Secção III

Das relações entre as partes no CONTRATO

Cláusula 16ª

Dever de sigilo

1. O ADJUDICATÁRIO deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do presente CONTRATO.
2. O dever de sigilo previsto no número anterior abrange, designadamente, documentos escritos, dados pessoais, desenhos, planos, aplicações e programas informáticos no formato de código fonte ou código objeto, especificações, segredos comerciais, métodos e fórmulas, contratos de financiamento e situações internas, de natureza laboral ou outra.
3. A informação coberta pelo dever de sigilo não pode ser transmitida a terceiros, nem objeto de licenciamento ou qualquer outro uso ou modo de aproveitamento económico, salvo se tal for autorizado expressamente, por escrito, pela ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE.
4. O ADJUDICATÁRIO só pode transmitir informação confidencial aos seus colaboradores e, em qualquer caso, apenas se ocorrerem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:
 - a) Os colaboradores em causa necessitarem de conhecer essa informação, tendo em vista o cumprimento das suas tarefas ao abrigo do CONTRATO;
 - b) Os colaboradores estiverem informados sobre a natureza confidencial da informação;
 - c) Os colaboradores se obrigarem a cumprir o dever de sigilo emergente desta cláusula.
5. O ADJUDICATÁRIO é responsável pelo cumprimento do dever de sigilo por parte dos seus colaboradores, qualquer que seja a natureza jurídica do vínculo, inclusivamente após a cessação deste, independentemente da causa da cessação.
6. O ADJUDICATÁRIO é ainda responsável perante a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE em caso de violação do dever de sigilo pelos terceiros por si subcontratados, bem como por quaisquer colaboradores desses terceiros.
7. O ADJUDICATÁRIO assume, igualmente, o compromisso de remover e destruir, no final do CONTRATO, todo e qualquer tipo de registo (digital ou em papel) relacionado com os dados

analisados e que o contraente público considere de acesso privilegiado.

8. Exclui-se do dever de sigilo previsto na presente cláusula a informação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo ADJUDICATÁRIO, bem como a informação que o mesmo seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
9. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 17ª Patentes, licenças e marcas registadas

1. O ADJUDICATÁRIO garante que respeita as normas relativas à propriedade intelectual e industrial, designadamente, direitos de autor, licenças, patentes e marcas registadas relacionadas com o *hardware*, *software* e documentação técnica que utilizam no desenvolvimento da sua atividade.
2. São da responsabilidade do ADJUDICATÁRIO quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
3. Caso a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE venha a ser demandada por ter infringido, na execução do CONTRATO, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o ADJUDICATÁRIO terá de a indemnizar de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar.
4. Sempre que legalmente admissível e na máxima extensão admitida na lei, o resultado da prestação dos serviços será registado a favor da ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, em sede de direito de propriedade industrial e/ou de propriedade intelectual, conforme o caso, ainda que se verifique a cessação do CONTRATO por qualquer motivo.
5. O ADJUDICATÁRIO obriga-se a colaborar e a prestar assistência à ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, relativamente aos procedimentos e às formalidades necessárias para a realização dos referidos registos.

Cláusula 18ª Proteção de dados pessoais – conformidade legal

1. O ADJUDICATÁRIO deverá apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de forma a que o tratamento de dados satisfaça os requisitos do RGPD - Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados, nomeadamente, através da existência e do cumprimento de um código de conduta ou de procedimento de certificação aprovado conforme referido nos artigos 40.º e 42.º do RGPD.
2. Constitui obrigação do ADJUDICATÁRIO, em matéria de proteção de dados, nomeadamente:
 - a) Tratar dados pessoais apenas mediante instruções documentadas pela ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, a menos que seja obrigado a fazê-lo por legislação nacional ou europeia, informando nesse caso a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público;
 - b) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - c) Adotar todas as medidas exigidas em termos de segurança dos dados pessoais;
 - d) Respeitar as condições a que se refere a cláusula 21.ª para cessão da posição contratual e subcontratação;
 - e) Ter em conta a natureza do tratamento, e na medida do possível, prestar assistência à ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos de informação, acesso, retificação, apagamento e outros previstos no RGPD;
 - f) Prestar assistência à ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança dos dados pessoais, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao dispor do adjudicatário;
 - g) Consoante indicação da ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o

tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo de legislação nacional ou europeia;

- h) Disponibilizar à ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula e facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE ou por outro auditor por esta mandatada.
3. Compete ao ADJUDICATÁRIO informar imediatamente a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE se, no seu entender, alguma instrução violar o presente CONTRATO ou o RGPD ou outras disposições legais nacionais ou europeias em matéria de proteção de dados.

Cláusula 19ª Utilização dos sistemas de informação

Caso a execução do presente CONTRATO implique o acesso às instalações e a utilização dos sistemas de informação da ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE por colaboradores ou subcontratados do ADJUDICATÁRIO, os mesmos obrigam-se ao cumprimento integral das regras de utilização dos sistemas de informação em vigor na ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE.

Cláusula 20ª Propriedade intelectual do Software

1. O ADJUDICATÁRIO expressamente declara e assegura, sem limitações, no sentido mais amplo permitido por lei, de forma irrevogável e absolutamente, e sem qualquer outro pagamento além do preço acordado, que todos os direitos de propriedade intelectual aplicáveis à prestação de serviços/fornecimento de bens (sejam parciais, globais, provisórios, temporários ou definitivos) nascem na esfera jurídica da NOVA IMS, seja ao abrigo do Decreto-Lei 252/94 de 20 de outubro relativo à Proteção Jurídica dos Programas de Computador, seja ao abrigo do regime de obra por encomenda previsto no artigo 14º do Código de Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, incluindo todos os direitos de autor, todos os direitos de exploração económica dos mesmos, quer estejam registados ou não, bem como pedidos de registo de qualquer dos itens mencionados, e quaisquer segredos

- comerciais, know-how, informações confidenciais e outros conhecimentos aplicáveis à globalidade da prestação de serviços/fornecimento de bens objeto do presente CONTRATO.
2. Todos os direitos de propriedade industrial e intelectual sobre o código fonte, as marcas, nomes de domínio, logotipos, desenhos, entre outros desenvolvidos pelo ADJUDICATÁRIO para a NOVA IMS ao abrigo do presente contrato serão detidos exclusivamente pela NOVA IMS.
 3. À NOVA IMS é reconhecido o direito de utilizar todos os elementos supra referidos nas suas múltiplas utilidades, nomeadamente na sua exploração económica, comercial ou industrial diretamente ou recorrendo a terceiras entidades.
 4. A NOVA IMS tem o direito exclusivo de requerer proteção por direito de propriedade intelectual e industrial dos referidos elementos e resultados, nos termos que tenha por convenientes.
 5. Durante a vigência do CONTRATO o ADJUDICATÁRIO obriga-se a definir e implementar restrições de acesso a todos os elementos relacionados com a prestação de serviços/fornecimento de bens a desenvolver no âmbito do presente CONTRATO, os quais apenas devem ser acessíveis a um número limitado e previamente identificado de trabalhadores do ADJUDICATÁRIO. Sempre que os elementos estejam disponíveis na rede informática do ADJUDICATÁRIO, esta deverá recorrer a palavras-chave individualizadas e processos de autenticação que garantam que apenas os trabalhadores com autorizações de acesso possam ter acesso à informação.
 6. O ADJUDICATÁRIO obriga-se a entregar à NOVA IMS todos os elementos a desenvolver ao abrigo do presente CONTRATO, os quais são da titularidade da última, designadamente o código fonte da prestação de serviços/fornecimentos de bens, documentação, instruções, algoritmos, logotipos, marcas (caso aplicável), etc., logo que os mesmos estejam estabilizados e em qualquer circunstância no termos do presente CONTRATO.
 7. A NOVA IMS designará a pessoa a quem deve ser entregue a informação e documentação referida no número anterior, incluindo o código-fonte e correspondentes cópias existentes. O ADJUDICATÁRIO apenas poderá entregar a informação/documentação referida, seja na

- vigência do CONTRATO sena no seu termo, à pessoa designada pela NOVA IMS para esse efeito, a qual será comunicada previamente ao ADJUDICATÁRIO.
8. O ADJUDICATÁRIO declara para todos os efeitos legais que não lhe é devida outra contrapartida, para além da remuneração acordada no âmbito do presente CONTRATO, independentemente das utilizações que a NOVA IMS venha a fazer dos direitos de propriedade intelectual relativos à prestação de serviços/fornecimento de bens.
 9. O ADJUDICATÁRIO obriga-se, desde já, a não registar ou solicitar o registo de qualquer direito de propriedade industrial e propriedade intelectual relativo à NOVA IMS reconhecendo expressamente que a relação decorrente do presente CONTRATO não lhe confere qualquer direito presente ou futuro sobre tais direitos. O ADJUDICATÁRIO não poderá copiar ou utilizar para quais fins estranhos ao presente CONTRATO, nem ceder a terceiros, o código-fonte ou qualquer informação ou documentação a que tenha acesso durante a prestação de serviços/fornecimento de bens objeto do presente CONTRATO.
 10. O ADJUDICATÁRIO obriga-se a assinar os documentos e contratos que sejam necessários para efetivar a titularidade exclusiva da NOVA IMS sobre a prestação de serviços/fornecimento de bens.
 11. Para todos os efeitos legais o ADJUDICATÁRIO declara que garante que a prestação de serviços/fornecimento de bens por si devolvida no âmbito do presente CONTRATO é original e não infringe quaisquer direitos de terceiros, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos causados à NOVA IMS em virtude de quaisquer reclamações, ações ou queixas resultantes da violação da presente declaração e garantia.

Cláusula 21ª Cessão da posição contratual e Subcontratação

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem prévia autorização escrita da NOVA IMS.
2. Se o adjudicatário contratar um subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da NOVA IMS, são impostas a esse subcontratante as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no contrato entre a NOVA IMS e o adjudicatário, referidas na cláusula 19ª, em particular a obrigação de

20 de 42

apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento seja conforme com os requisitos do presente regulamento.

3. Em caso de violação das obrigações em matéria de proteção de dados pelo subcontratante, o ADJUDICATÁRIO continua a ser plenamente responsável, perante a Universidade NOVA de Lisboa, pelo cumprimento das obrigações desse subcontratante.
4. A cessão da posição contratual ou da subcontratação não exime o ADJUDICATÁRIO de qualquer uma das suas obrigações perante a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, nem pode colocar em causa, em quaisquer circunstâncias, a cabal execução do respetivo Contrato.
5. O Adjudicatário obriga-se a fazer constar dos subcontratos a obrigação de as entidades subcontratadas executarem as suas tarefas nos mesmos termos e condições aos acordados com a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE.
6. O Adjudicatário deve atuar como único e exclusivo interlocutor com a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE durante toda a execução do Contrato, independentemente da relação comercial, operacional ou outra que tenha com entidades terceiras.
7. O Adjudicatário obriga-se a dar imediato conhecimento à ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE da ocorrência de qualquer diferendo ou litígio com as entidades subcontratadas no âmbito dos subcontratos e a prestar-lhe toda a informação relativa à evolução dos mesmos.

Cláusula 22ª Responsabilidade das partes

1. Cada uma das partes deve cumprir as obrigações emergentes do CONTRATO e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do presente caderno de encargos e da lei.
2. O ADJUDICATÁRIO é responsável perante a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o ADJUDICATÁRIO deve dar imediato conhecimento à ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE, da ocorrência de qualquer diferendo ou litígio com os terceiros subcontratados em relação com a execução do CONTRATO e prestar-lhe toda a informação relativa à evolução dos mesmos.

4. A responsabilidade do ADJUDICATÁRIO prescreve nos termos da lei civil.

Cláusula 23ª Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir à entidade adjudicatária o pagamento de pena pecuniária, por cada incumprimento registado, e em função da respetiva gravidade, de valor a fixar entre 1% e 5 %, sem IVA.
2. No caso de incumprimento do prazo fixado para a entrega dos bens, por causa imputável à entidade adjudicatária, poderá a entidade adjudicante exigir a penalidade da forma seguinte:
$$P = VCT \times A/100$$
 em que P representa o Valor da Penalidade sem IVA, VCT corresponde ao Valor do Contrato e A representa o número de dias corridos de atraso do prazo fixado para a entrega dos bens.
3. O limite máximo para o valor total das sanções contratuais aplicadas será regulado pelo disposto no artigoº 329 do CCP.

Cláusula 24ª Força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no CONTRATO.
2. Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível, excecional, independente da vontade das partes, irresistível e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas que impossibilite em termos absolutos ou dificulte gravemente a execução do contrato.
3. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do

- ADJUDICATÁRIO, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do ADJUDICATÁRIO ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo ADJUDICATÁRIO de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo ADJUDICATÁRIO de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do ADJUDICATÁRIO, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do ADJUDICATÁRIO não devidas a sabotagem.
5. A parte que invocar uma causa de força maior deve imediatamente, informar a outra da respetiva ocorrência, as concretas obrigações cujo cumprimento se encontra impossibilitado ou gravemente dificultado e empenhar os seus melhores esforços para limitar as consequências daí decorrentes.
6. A força maior determina apenas a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante do evento de força maior.

Cláusula 25ª Resolução do contrato

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do CONTRATO previstos na lei, bem como de outras situações de grave violação das obrigações contratuais assumidas pelo ADJUDICATÁRIO, a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE pode resolver o CONTRATO nos seguintes casos:

- a) De incumprimento ou cumprimento defeituoso reiterado pelo ADJUDICATÁRIO das obrigações que decorrem do presente CONTRATO, sem prejuízo da aplicação do artigo 318.º-A do CCP;
 - b) De incumprimento reiterado das obrigações resultantes do CONTRATO ou a prossecução deficiente do seu objeto por parte do ADJUDICATÁRIO constituem fundamento de resolução por parte da ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE.
2. O exercício do direito de resolução não prejudica o dever de indemnizar a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE pelos eventuais prejuízos resultantes das situações previstas no número anterior.
 3. A resolução do CONTRATO é notificada por correio sob registo e com aviso de receção, produzindo efeitos a partir da data da respetiva notificação.
 4. A cessação dos efeitos do CONTRATO não prejudica a verificação da responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução da prestação.
 5. Em caso de resolução do CONTRATO o ADJUDICATÁRIO é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do CONTRATO e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva da ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE.
 6. A resolução do CONTRATO não prejudica a aplicação de qualquer das sanções previstas na cláusula 23ª nem as demais obrigações que pela sua própria natureza se devem manter após a resolução.
 7. Para efeitos da presente cláusula considera-se incumprimento reiterado o não cumprimento por parte do ADJUDICATÁRIO das obrigações resultantes do contrato que ocorra 3 (três) ou mais vezes, seguidas ou interpoladas, durante a prestação de serviços.

Cláusula 26ª Modificação Objetiva do Contrato

A modificação objetiva do CONTRATO segue as regras dos artigos 311.º a 315.º do CCP.

Cláusula 27ª Comunicações e notificações

1. As notificações e comunicações entre as partes no CONTRATO que não tenham de ser efetuadas através do correio eletrónico devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual da contraparte, identificados no procedimento.
2. Qualquer alteração dos elementos de contacto das partes constante do CONTRATO deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28ª Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicatária dirigidas ao Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação – NOVA IMS são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:
 - a) Morada: Campus de Campolide – 1070-312 Lisboa
 - b) E-mail: compras@novaims.unl.pt
2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte por escrito.

Cláusula 29ª Responsabilidade social

A Entidade Adjudicante exige que o Adjudicatário cumpra e exija aos respetivos e eventuais subcontratados, os padrões de proteção ambiental, direitos humanos, condições de trabalho e prevenção de corrupção indicados no Código de Conduta.

Cláusula 30ª Contagem dos prazos

Salvo disposição em contrário, os prazos previstos no presente procedimento são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 31ª Legislação aplicável e Foro competente

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se a legislação portuguesa e, em especial, o regime constante do Código dos Contratos Públicos, o qual prevalece sobre as disposições que lhes sejam desconformes.
2. Para todas as questões emergentes do CONTRATO será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Anexo I - Especificações técnicas

Cláusula 32ª Âmbito da aquisição

O contrato a celebrar tem por objeto disciplinar as relações contratuais entre a ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE e o adjudicatário, mediante a fixação dos termos para **“Aquisição de equipamentos informáticos para a NOVA IMS - NOVA Data & Analytics Hub (NOVA DAH) LISBOA2030-FEDER-01317500”**.

Cláusula 33ª Descrição de Lotes

Lote 1 - Aquisição de equipamento informático – Storage e Servidores

A – Componente de Sistemas

1. Servidor com Capacidade de Processamento Gráfico (CUDA technology):

- a) Pretende-se o **fornecimento de 1 (um) servidor**, com as seguintes características mínimas:
 - b) Formato rack-mountable com dimensão não superior a 2RU (Rack Units);
 - c) Dois processadores do tipo Intel Xeon-Platinum 8570 (2.1GHz/56-core/350W), ou equivalente;
 - i. GB de memória RAM instalada, utilizando DIMMs Quad Rank x4 DDR5-5600 não inferiores a 128 GB;
 - d) Capacidade de suportar no mínimo 3 Terabytes de RAM DDR através de 24 slots de memória RDIMM;
 - e) Dois discos M.2 NVMe Solid-state Drive (SSD) de 480 GB, em RAID 1, por hardware, para instalação do Sistema Operativo;
 - f) Suporte até 8 (oito) discos NVMe internos adicionais, além dos solicitados, sem necessidade de inclusão de cages adicionais;

- g) Duas placas GPU NVIDIA H100 80GB instaladas, com capacidade para suportar um máximo de quatro;
- h) Placa Intel E810-XXVDA2 Ethernet 10/25Gb 2-port SFP28, ou equivalente (incluindo dois transceivers 25Gb SFP28 SR 100m);
- i) Host Bus Adapter Fibre Channel 32Gbps dual-port;
- j) Módulo de gestão com porta 1Gb Ethernet dedicada;
- k) Capacidade de gestão remota com capacidade de federação, controlo energético, atualizações de firmware, configurações na BIOS e Virtual Media Unificado;
- l) Suporte para sistema de gestão remota do equipamento em regime de power-off;
- m) Sistema de instalação e gestão de Sistema Operativo e firmware remotamente;
- n) Suporte de UEFI;
- o) Suporte para RESTful API;
- p) Conetividade USB 3.0 com disponibilização de 4 portas sendo, pelo menos, uma delas interna;
- q) Kit de deteção de intrusão física no chassi;
- r) Capacidade de assegurar que o servidor não executa código de firmware que possa estar comprometido, com validação em runtime, bem como capacidade para fazer rollback para o firmware de fábrica;
- s) Fontes de alimentação redundantes, com capacidade para poderem ser retiradas “a quente”, com certificação de eficiência 80 PLUS de 96%, ou superior;
- t) Suporte para Windows Server 2019, 2022 e 2025; VMware ESXi 8.0, 8.0 U1, 8.0 U2 e 8.0 U3; Red Hat Enterprise Linux (RHEL) 8.6 e 9.0; SUSE Linux Enterprise Server (SLES) 15 SP4 e SP5; Ubuntu 20.04.5 LTS e 22.04 LTS;
- u) Deverá ser incluído, juntamente com o servidor, um software de gestão de infraestruturas compatível com a plataforma de gestão já existente na NOVA IMS (HPE OneView), com capacidade de verificação em site público do fabricante;

- v) O servidor deverá ter integração nativa com sistema de monitorização em cloud existente, HPE InfoSight, sem custos, que inclua tecnologia de inteligência artificial para análise e tratamento de eventos relacionados com suporte preditivo e mitigação de risco. Todo o licenciamento e infraestrutura, caso exista, devem estar incluídos para a totalidade da solução. Este sistema deverá disponibilizar, pelo menos, a seguinte informação:
- i. Inventário global de servidores em todos os Datacenters;
 - ii. Dashboard com o estado dos servidores;
 - iii. Dashboard operacional global;
 - iv. Capacidade de aprendizagem global com deteção preditiva de eventuais problemas;
 - v. Relatório global de garantia e suporte dos servidores;
 - vi. Inventário detalhado do servidor (hardware, opções, firmware, drivers e software) com relatórios;
 - vii. Coleta automática de dados de telemetria e sensores sem a utilização de recursos do host para o efeito;
 - viii. Análise preditiva de falha de peças dos servidores;
 - ix. Análise de problemas de firmware, driver, SO / hipervisor e software do sistema;
 - x. Notificação por e-mail de alertas.

2. Sistema de Armazenamento

Pretende-se o **fornecimento de um sistema de armazenamento**, com as seguintes características mínimas:

- a) Formato *rack-mountable* com dimensão não superior a 6RU (*Rack Units*), incluindo controladoras e eventuais gavetas de expansão necessárias para disponibilizar a capacidade solicitada;

- b) Dupla controladora, ativo-ativo;
- c) Oito (8) portas Fibre Channel 16Gbps de conectividade front-end e respetivos transceivers 16Gb SW FC SFP para todas as portas;
- d) Conectividade com gavetas de expansão (back-end) a 12Gb SAS;
- e) 48 GB de cache e memória de sistema das controladoras, com possibilidade de estender a cache de leitura do array até 8.3 TB por intermédio de inclusão de discos SSD dedicados para o efeito;
- f) Capacidade de suportar RAID 0,1, 5, 6, 10; e RAID com capacidade de spare distribuída recorrendo a erasure coding;
- g) O array deve apresentar, no mínimo, os seguintes discos instalados:
 - i. 24x Discos de 7.68TB SAS 12G RI SFF (2.5in) M2 SSD (mais um disco adicional para buffer)
 - ii. 24x Discos de 20 TB 12G SAS 7.2K LFF HDDs (mais um disco adicional para buffer)
- h) O array deve ter a capacidade de suportar diferentes tipos de discos, tais como:
 - i. SAS 12G Enterprise 10K SFF (2.5") HDD
 - ii. SAS 12G Midline 7.2K LFF (3.5") HDD
 - iii. SAS 12G Read Intensive SFF (2.5") SSD
- i) O array deve ter a capacidade de suportar discos Self-Encrypting (SED), com certificação FIPS;
- j) O array deve ter capacidade de expansão, no mínimo, até 240 discos;
- k) Deverá incluir funcionalidades de thin provisioning, recuperação de espaço não utilizado, thin rebuild, tiering automático entre discos diferentes, QoS, snapshots (até 512 cópias *point-in-time*), Volume Copy e capacidade de replicação remota nativa de baixo nível diretamente a partir das controladoras com modelos semelhantes (incluindo um storage HPE MSA 2060 atualmente em uso na NOVA IMS);

- l) Deverá incluir chicotes de fibra LC/LC Multi-mode OM4 de 2 metros para conectividade front-end aos hosts para todas as portas disponíveis no array;
- m) Deverá incluir todos os cabos e equipamentos necessários para interligar as controladoras às gavetas de expansão necessárias;

A solução de armazenamento deverá ser do mesmo fabricante do servidor a fornecer em resposta ao número anterior.

3. Suporte

Para os equipamentos descritos nos pontos anteriores, devem **ser considerados serviços de suporte e manutenção** com as seguintes características:

- a) Suporte de 3 anos com tempo de resposta 4 horas on-site 24/7 do fabricante dos equipamentos;
- b) Suporte colaborativo dado pelo fabricante de hardware da solução de servidores para sistemas operativos que incluem: Microsoft Windows Server, Red Hat e SUSE;
- c) Suporte disponibilizado sempre em português durante todo o horário de cobertura (24x7) e através de um único ponto de contacto para todo o tipo de incidentes de Hardware e Software;
- d) O tempo de resposta (Call-Back), a contar partir da abertura da chamada, para incidentes críticos deverá ser de até 15 minutos;
- e) Serviços de reparação realizados apenas por técnicos de equipas residentes em Portugal e devidamente credenciados pelo fabricante dos equipamentos;
- f) Disponibilização de um portal/ferramenta que permite uma visão global e em tempo real do estado de suporte de todos os equipamentos registados. Deverá também permitir a abertura de chamadas de suporte e o acompanhamento de todos os casos abertos.

Lote 1 - Servidor e Storage

Servidor HPE ProLiant DL380a Gen11 ou equivalente		
Código	Quantidade	Descrição
P54903-B21	1	HPE DL380a Gen11 4DW CTO Svr
P54903-B21#B19	1	HPE DL380a Gen11 4DW CTO Svr
P67087-B21	2	INT Xeon-P 8570 CPU for HPE
P64709-B21	16	HPE 128GB 4Rx4 PC5-5600B-R 3DS Smart Kit
P54304-B21	1	HPE DL380a Gen11 8EDSFF x4 NVMe Kit
R2E09A	1	HPE SN1610Q 32Gb 2p FC HBA
P10106-B21	1	INT E810 10/25GbE 2p SFP28 OCP3 Adptr
R9S41C	2	NVIDIA H100 80GB PCIe Accelerator
845398-B21	2	HPE 25Gb SFP28 SR 100m Transceiver
P44712-B21	4	HPE 1800W-2200W FS Ti Ht Plg PS Kit
E5Y43A	1	HPE OV for DL 3y 24x7 FIO Phys 1 Svr Lic
P51943-B21	1	HPE AL STG SVR 4120 OCP2 Upg Cbl Kit
P55704-B21	1	HPE DL380a Gen11 DC NVMe Cbl Kit
P59578-B21	1	HPE DL380a Gen11 GPU 16p FIO Pwr Cbl Kit
P50400-B21	1	HPE DL3XX Gen11 2U Com Bezel Kit
P55713-B21	1	HPE DL385 Gen11 Intrusion Cbl Kit

P28726-B21	1	HPE Apollo 4200 Gen10+ CMA
P48183-B21	1	HPE NS204i-u Gen11 Ht Plg Boot Opt Dev
P51832-B21	2	HPE AL STG SVR 4120 High Perf HS Kit
P52345-B21	1	HPE DL3XX Gen11 Ball Bearing Rail 8 Kit
P55710-B21	1	HPE DL380a G11 NS204i-u Rear Enable Kit
HA113A1	1	HPE Installation SVC
HA113A1#5A6	1	HPE Proliant DL/ML Install SVC
HU4A6A3	1	HPE 3Y Tech Care Essential SVC
HU4A6A300HG	1	HPE DL380a Gen11 Support

Storage HPE MSA 2070 ou equivalente		
Código	Quantidade	Descrição
S1H42A	1	HPE MSA 2070 16Gb FC SFF Storage
S0F31A	24	HPE MSA 7.68TB SAS RI SFF M2 SSD
C8R24B	2	HPE MSA 16Gb SW FC SFP 4pk XCVR
R2C33AAE	1	HPE MSA Adv Data Services E-LTU
QK733A	8	HPE Premier Flex LC/LC OM4 2f 2m Cbl
S1H54A	2	HPE MSA 2U 12d LFF Drv Encl
S0F33A	4	HPE MSA 120TB 7.2K LFF M2 6pk HDD Bdl
HU4A6A3	1	HPE 3Y Tech Care Essential SVC
HU4A6A3#ZQC	1	HPE MSA ADS LTU Support

HU4A6A30BX3	1	HPE MSA 2070 Arrays Support
HU4A6A30BX4	2	HPE MSA 2070 LFF Enclosures Support
S0F31A	1	HPE MSA 7.68TB SAS RI SFF M2 SSD
S0F32A	1	HPE MSA 20TB SAS 7.2K LFF M2 HDD

Lote 2 – Aquisição de equipamento informático - Switch/Networking

B - Componente de Networking

1. Pretende-se reforçar o número de equipamentos de rede atualmente em serviço, mantendo os protocolos e plataformas de gestão em produção, pelo que **os equipamentos a propor deverão ter a capacidade de se integrarem com a atual solução de forma nativa.**
2. Pretende-se **o fornecimento de (1) um switch** que deverá cumprir as seguintes características mínimas:

1) Switch de CORE (quantidade 1)

1.1) Características Físicas

- a) Equipamento fixo ethernet L2/L3;
- b) Dimensões: 1RU;
- c) 24 x portas 1/10/25G SFP/SFP+/SFP28;
- d) O equipamento deve ter a capacidade de suportar os seguintes módulos:
 - ✓ 8 x Portas Multigigabit (1/2.5/5/10G);
 - ✓ 8 x Portas SFP/SFP+/SFP28 (1/10/25G). Deverá estar incluído um destes módulos na configuração proposta;
 - ✓ 2 x Portas QSFP+/QSFP28 40/100G e que suportem conversor QSPF-SFP;
- e) O equipamento proposto deverá possuir fontes de alimentação redundantes na configuração proposta;

- f) Suporte de flash com um mínimo de 16GB para guardar configurações e logs;
- g) Capacidade de suporte de Fontes de Alimentação DC e AC;
- h) Capacidade de suporte de storage externo de até 240G SSD;
- i) Capacidade de suporte de stacking através de módulo dedicado, garantindo capacidade para que uns mínimos de 8 equipamentos sejam geridos como um único, através de um endereço único de gestão;
- j) A arquitetura do equipamento e da stack tem de ser igual entre os elementos do stack;
- k) Capacidade de suportar stacking entre equipamentos com diferentes densidades de portas de acesso, com e sem PoE;
- l) Capacidade de suporte para partilha do power entre elementos do stack;
- m) Suporte de Stateful switchover, quando comuta de ativo para standby numa stack;
- n) Capacidade de suporte para fontes de alimentação redundantes e hot-swappable;
- o) Suporte para fans redundantes e hot-swappable;
- p) Suporte de RFID embebido no equipamento para gestão de ativos;
- q) Suporte de 128 Port-Channels com suporte de até 16 membros por port-channel;
- r) Suporte de Blue Beacon para identificação do switch;

1.2) Escalabilidade e Performance

- a) Capacidade de switching mínima: 1900 Gbps;
- b) Capacidade de forwarding mínima: 1400 Mpps;
- c) Capacidade de stack bandwidth throughput mínimo de 2000 Mbps;
- d) Número mínimo de VLAN ID's: 4094;
- e) Número mínimo de SVIs: 1000;
- f) Número mínimo de router ports por stack : 448;
- g) Número mínimo de MAC Addresses: 32000;
- h) Número mínimo de rotas IPv4: 39000;

- i) Número mínimo de rotas IPv6: 19500;
- j) Número mínimo de entradas ACL: 5000;
- k) Instâncias de MST: 64;
- l) Instâncias de (RSTP/PVSTP): 256;
- m) Suporte de Jumbo Frames;
- n) Suporte de um mínimo de 16MB de buffers;
- o) Suporte de até 64.000 fluxos de rede em hardware. E com capacidade de através de fluxos:
 - ✓ Identificar os Top Talkers;
 - ✓ Customizar fluxos por perfil de user;
 - ✓ Utilizar múltiplos collectors;
 - ✓ Exportar o consumo de bandwidth, em função do número de fluxos;
 - ✓ Exportar informação de fluxos em netflow v9 ou IPFIX;

1.3) Funcionalidades

- a) Suporte para LLDP;
- b) Suporte de LACP - 802.3ad;
- c) Suporte de gestão WEB;
- d) Suporte de LACP através de diferentes membros da stack;
- e) Suporte para IPv6 em Hardware;
- f) Suporte para 8 egress queues por porta;
- g) Suporte de 802.1ad (QINQ);
- h) Capacidade de suporte de selective QINQ ou Vlan Mapping;
- i) Suporte de ACLs;
- j) Suporte de STP, RSTP;
- k) Suporte de VRRP;

- l) Suporte de HQoS, WRED, CBWFQ;
- m) Suporte de MACSec (802.1AE) com encriptação 128 bits;
- n) Capacidade de suporte de MACSec (802.1AE) com encriptação 256 bits;
- o) Capacidade de suporte de Suporte de IP SLA;
- p) Capacidade de suporte de NAT e PAT;
- q) Capacidade de suporte de IPSEC;
- r) Suporte de IP SLA Responder;
- s) Suporte de rotas estáticas IPv4 e IPv6;
- t) Suporte de RIPv1, RIPv2, RIPv6;
- u) Suporte de OSPFv2 e OSPFv3;
- v) Suporte de inter-vlan routing;
- w) Capacidade de suporte de Suporte de BGP e IS-IS;
- x) Suporte de PBR;
- y) Suporte VTP Version 3 (Cisco VLAN Trunk Protocol);
- z) Capacidade de suporte de EoMPLS sobre tuneis GRE;
- aa) Capacidade de suporte de PBR com visibilidade de VRF's;
- bb) Capacidade de suporte de Suporte de MPLS Layer 3 VPNs;
- cc) Capacidade de suporte de Suporte de MPLS Layer 2 VPNs;
- dd) Capacidade de suporte de Suporte de MPLS Multicast VPN;
- ee) Capacidade de suporte de Suporte de VRF-Lite;
- ff) Capacidade de suporte de BGP EVPN sobre VXLAN;
- gg) Capacidade de suporte de Suporte de VXLAN;
- hh) Suporte de NETCONF/YANG e RESTCONF;
- ii) Capacidade de suporte de para hosting de aplicações third party em containers directamente no switch;

- jj) Suporte de Python;
- kk) Capacidade de suporte de Suporte de patching para correção de bugs sem necessidade de instalar novas imagens de software;
- ll) Capacidade de suporte de Port Mirroring e envio de tráfego monitorizado para equipamento remoto através de uma rede L3;
- mm) Suporte para captura de fluxos de tráfego em formato IPFIX ou similares em hardware e sem recurso a sampling de pacotes;
- nn) Capacidade de suporte de detecção de fluxos ao nível aplicacional - Layer L7. Exemplos de aplicações: facebook, skype, yahoo, http, https/ssl, youtube;
- oo) Capacidade de suporte de aplicação de políticas de QoS ao nível aplicacional - Layer 7. Exemplos de aplicações: facebook, skype, yahoo, http, https/ssl, youtube;
- pp) Suporte de VLAN ACLs;
- qq) Suporte de Port Based ACLs;
- rr) Suporte para DAI (Dynamic ARP inspection);
- ss) Suporte para Port security;
- tt) Suporte para 802.1X;
- uu) Suporte para 802.1X com Change of Authorization;
- vv) Suporte para 802.1X com downloadable ACLs;
- ww) Suporte para 802.1X com guest VLAN;
- xx) Suporte para web authentication para clientes não 802.1X;
- yy) Suporte para RADIUS Authentication, Authorization e Accounting;
- zz) Suporte para TACACS Authentication, Authorization e Accounting;
- aaa) Suporte IGMP;
- bbb) Suporte de PIM Stub;
- ccc) Capacidade de suporte de PIM-BIDIR, DM, SM e PIM SSM;

- ddd) Suporte de SSHv2;
- eee) Suporte de SNMPv3 e Syslogs;
- fff) Capacidade de suporte de identificação de malware em tráfego encriptado;
- ggg) Suporte de monitorização gráfica na cloud (SaaS) do estado de saúde do equipamento, portas, ferramentas de diagnóstico, topologia da rede, lançamento de terminal CLI para execução de comandos de leitura/visualização, histórico de configurações e comparação, upgrades de versão de firmware do equipamento;
- hhh) Capacidade para gestão gráfica na cloud (SaaS) do equipamento, sem recurso a CLI;
- iii) Suporte de funcionalidades de segurança para defesa da integridade do hardware e software do switch, nomeadamente:
 - ✓ Assinatura de imagens para garantir a autenticidade da imagem de software;
 - ✓ Boot seguro do switch assente em chip de hardware imutável (IEEE 802.1AR);

1.4) Transceivers

Pretende-se o fornecimento de transceivers para colocação no equipamento de rede alvo desta consulta. Os transceivers deverão ser originais, do mesmo fabricante dos equipamentos para garantir o suporte do fabricante.

Lote 2- Switch/Networking

Cisco Catalyst C9300X-24Y ou equivalente		
Produto	Quantidade	Descrição
C9300X-24Y-E	1	Catalyst 9300X 24x25G Fiber Ports, modular uplink Switch
C9300X-DNA-24Y-E	1	C9300 DNA Essentials, Term License
C9300-DNA-L-E-3Y	1	DNA Essentials 3 Year License
D-DNAS-EXT-S-T	1	Cisco DNA Spaces Extend Term License for Catalyst Switches
D-DNAS-EXT-S-3Y	1	Cisco DNA Spaces Extend for Catalyst Switching - 3Year
SC9300UK9-1712	1	Cisco Catalyst 9300 XE 17.12 UNIVERSAL
PWR-C1-715WAC-P	1	715W AC 80+ platinum Config 1 Power Supply
PWR-C1-715WAC-P=	1	715W AC 80+ platinum Config 1 Power Supply Spare
CAB-TA-EU	1	Europe AC Type A Power Cable
C9300X-NW-E-24	1	C9300 Network Essentials 24-port license
C9300X-NM-8Y=	1	Catalyst 9300 8 x 10G/25G Network Module SFP+/SFP28
C9K-ACC-RBFT	1	RUBBER FEET FOR TABLE TOP SETUP 9200 and 9300

CAB-TA-EU	1	Europe AC Type A Power Cable
SFP-10/25G-CSR-S=	4	Dual Rate 10/25GBASE-CSR SFP Module
SFP-10G-SR=	4	10GBASE-SR SFP Module
	2	Patch Cord LC-Duplex PC-LC OM5 5MT
	8	Patch Cord LC-Duplex PC-LC OM5 2M

Cláusula 34ª Serviços de Suporte

Para o equipamento descrito no ponto anterior, devem ser considerados **serviços de suporte e manutenção do fabricante** com as seguintes características:

- Suporte de 3 anos com tempo de resposta NBD horas 8x5 do fabricante dos equipamentos.

Anexo II - Especificações técnicas II

Cláusula 35ª Conformidade dos bens

1. A entidade adjudicatária obriga-se a entregar ao NOVA IMS o objeto do contrato, tendo em consideração as quantidades e especificações não submetidas à concorrência definidas no Anexo I do caderno de encargos.
2. O objeto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário ao seu funcionamento.
3. A entidade adjudicatária é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância do objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 36ª **Características técnicas, mapa de quantidades e especificidades da execução do contrato**

As características técnicas, mapa de quantidades e especificidades a ter em conta na execução do objeto de contrato encontram-se descritas no Anexo I do presente caderno de encargos.

Cláusula 37ª **Garantia Técnica**

Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a elas relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de acordo com o especificado abaixo, contra quaisquer defeitos ou diferenças com as exigências legais e com as especificações e os requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos, que se mostrem a partir da respetiva receção e aceitação do bem, devendo os bens ter pelo menos 3 anos de garantia.